

MINAYO, Maria Cecília de S. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, Cecília de S.; SOUZA, Edinilson Ramos de. (Org), Violência sob o olhar da psique: a antropologia da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro, FAPERJ, 2003 - 23-47.

A VIOLÊNCIA DRAMATIZA CAUSAS

Maria Cecília de Souza Minayo

INTRODUÇÃO

Tendo havido uma alentada produção acadêmica sobre violências e acidentes sob a ótica da saúde na década de 90, seria de se esperar que houvesse também um aprofundamento teórico sobre o fenômeno, permitindo uma compreensão maior do seu sentido e das possibilidades de intervenções governamentais e socioculturais. Constata-se, no entanto, que a maioria dos trabalhos limitou-se a descrever os problemas e apresentar propostas de soluções, sem aprofundar as problemáticas referenciais. Ao investirem mais no dimensionamento e pouco na compreensão dos problemas, as intervenções sugeridas distinguem-se por privilegiar ações normativas e de curto prazo. Os poucos textos da área da saúde pública que juntaram a compreensão e a teorização de realidades e problemas específicos de forma interdisciplinar foram claros em mostrar o imbricamento entre historicidade dos fenômenos, o contexto sociocultural e a subjetividade representada pelas particularidades biológicas e intrapsíquicas (Assis, 1999; Assis & Constantino, 2001; Minayo, Souza & Assis, 1990; Minayo, 1994; 1999; Minayo & Souza, 1997; 1999; Cruz Neto & Rasga Moreira, 2001; Agudelo, 1990; 1997; Gomes, 1997; Deslandes, 2002). Os estudos do campo 'psi' tenderam a enfatizar as relações entre crimes e doença mental (Hoirish, 1994; Ferraz, 2001); crime e religião (Kaiser, 1994); e os da área de medicina, vários deles, buscaram mostrar os prejuízos para a saúde trazidos pelas ações e condutas violentas, dos quais alguns poucos ressaltaram a articulação dos fatores genéticos na configuração da subjetividade criminosa (Flores, 2002; Josef & Silva, 1999).

Pode-se dizer que os estudos do campo da saúde, em sua maioria, tiveram uma contribuição muito grande na criação de indicadores e de propostas de ação. Desse ponto de vista, o enriquecimento teórico obtido na década, pelos estudiosos do setor, ocorreu pela melhor especificação e diferenciação dos tipos de violência dominantes e pelas distinções e formas como acometem grupos particulares e a sociedade brasileira como um todo. Uma reflexão mais filosófica e sociológica (nem por isso menos adequada ao que está se passando no país) veio da contribuição de autores de outra área. Esses estudiosos, concomitantemente, também utilizaram as análises e os indicadores gerados pelo setor saúde que, como já foi dito, historicamente vêm apresentando a magnitude do fenômeno. Alguns sociólogos e antropólogos são referência obrigatória – Cárdua (1995); Soares & Piquet Carneiro (1996; 2002); Adorno (1995); Zaluar (1995; 2002) – e por isso serão citados na presente discussão.

Tanto para os autores do campo da saúde coletiva que trabalharam com uma abordagem interdisciplinar do problema, quanto para os cientistas sociais citados, a violência se apresenta como um fenômeno complexo. Portanto, desenvolvem sobre ela uma visão interativa da origem sócio-histórica e subjetiva, o que, ao mesmo tempo, questiona a postura reducionista que privilegia a causalidade biológica pura e simples assim como a unicausalidade macro ou microsocial. Seguindo essa tendência, pretende-se trabalhar neste texto sob um duplo corte epistemológico: a multicausalidade e a dialética de causa-efeito, parodiando o pensamento metodológico de Pascal, que aqui cabe como luva:

Sendo então, todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediata e imediatamente, e todas se relacionando por um vínculo natural e insensível que liga as mais afastadas e as mais diferentes, creio ser tão impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes.

Aos dois esteios metodológicos da análise, acrescenta-se a necessidade de tornar específicas as manifestações de violência e sua articulação com o todo, e a indicação de que os processos subjetivos devem ser, ao mesmo tempo, incluídos na análise e contextualizados no âmbito socio-histórico. Reafirma-se como fundamental também, segundo o fazem Chesnais (1981) e Burke (1995), a idéia de que não se pode estudar a violência fora da sociedade que a gera, porque ela se nutre dos fatos políticos, econômicos e culturais, traduzidos nas relações micro e macrosociais. Portanto, busca-se a inteligibilidade desse fenômeno, considerando-o de forma complexa, histórica, empírica e específica.

A 'violência' não é uma, é múltipla. De origem latina, o vocábulo vem da palavra *vis*, que quer dizer 'força' e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. No seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e à busca de domínio e aniquilamento do outro, e que suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas, segundo normas sociais mantidas por aparatos legais da sociedade ou por usos e costumes naturalizados. Mutante, a violência designa, pois – de acordo com épocas, locais, circunstâncias –, realidades muito diferentes. Há violências toleradas e há violências condenadas. E, desde o nascimento do *homo sapiens* e, mais especificamente, desde o início da modernidade, ela se enriquece de novas formas, cada vez mais complexas e, ao mesmo tempo, mais fragmentadas e articuladas. Como adverte Chesnais, introduzindo sua obra clássica sobre 200 anos de violência na Europa:

O leitor deste livro terá a impressão de entrar num universo fragmentado, disparatado e sem grande unidade. Mas, a própria violência é que se apresenta como um fenômeno pulverizado, atingindo a vida privada e a vida pública em todos os seus aspectos, os mais visíveis e os mais secretos. (Chesnais, 1981, p. 11)

Em resumo, considera-se que querer encerrar a noção de violência numa definição fixa e simples é expor-se a reduzi-la, a compreender mal sua evolução e sua especificidade histórica. Como lembra o filósofo Domenach sobre o mesmo tema:

Suas formas mais atrozes e mais condenáveis geralmente ocultam outras situações menos escandalosas, por se encontrarem prolongadas no tempo e protegidas por ideologias ou instituições de aparência respeitável. A violência de indivíduos e grupos tem de ser relacionada com a do Estado. A dos conflitos, com a da ordem. (Domenach, 1981, p. 40)

Evidencia-se também neste texto que a violência dominante na consciência social contemporânea é a 'criminal e delinqüencial', e que esse tipo de fenômeno nunca contou com a tolerância das mais diferentes sociedades, uma vez que ele fere, antes de tudo, os princípios da moral fundamental.

PONTO DE VISTA DA FILOSOFIA POPULAR E ERUDITA

A violência, sendo instrumental por natureza, é racional. Ela não promove as causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso; mas pode servir para dramatizar as causas e trazê-las à atenção pública. (Arendt, 1994, p. 57)

As dificuldades para conceituar a violência provêm do fato de se tratar de um fenômeno da ordem do vivido (no qual se inclui também quem tenta teorizar sobre ela) e cujas manifestações provocam uma forte carga emocional em quem a comete, em quem a sofre e em quem a presencia. Por isso, pensando como Vygotsky (1984), que propõe os termos "conceitos cotidianos" e "conceitos científicos" para nomear as interpretações da realidade, respectivamente feitas por leigos e por cientistas, introduzem-se aqui alguns elementos da filosofia popular e da filosofia erudita, lembrando que, de qualquer maneira, a conceituação da violência, mesmo quando se fundamenta teoricamente, também é dirigida pelo julgamento social.

Primeiramente, aborda-se a visão do senso comum. Tratando o termo no plural, Chesnais (1981) distingue no discurso contemporâneo próprio do imaginário social, três definições implícitas de violência que contemplam tanto o âmbito individual quanto o coletivo: no centro de tudo, a 'violência física', que atinge diretamente a integridade corporal e que pode ser traduzida nos homicídios, agressões, violações, roubos a mão armada; a 'violência econômica', que consiste no desrespeito e apropriação, contra a vontade dos donos ou de forma agressiva, de algo de sua propriedade e de seus bens. Em terceiro lugar, a 'violência moral e simbólica' é aquela que trata da dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando os direitos do outro.

Interpretando uma pesquisa de opinião realizada com a população carioca em 1994, pela Rede Globo, Luiz Eduardo Soares e Leandro Piquet Carneiro escreveram um texto no qual descrevem que, segundo critérios populares, no Rio de Janeiro há quatro nomes para a violência: "crime, pecado, corrupção e miséria" (1996). 'Pecado' é o nome da violência interpretada pelo código religioso, expressando a natureza ambivalente ou passível de perversão da própria condição humana. 'Corrupção' é o nome da violência que contém a moralidade deteriorada e a traição dos valores. 'Miséria' é o nome da violência enxergada, pela ótica política, como estando embutida nas causas e conseqüências da ordem social vigente marcada pela desigualdade e exclusão. 'Crime' é o nome da violência reduzida à

delinqüência. Considera-se essa classificação, a partir do julgamento social gerado na experiência cotidiana da vida, bastante complexa. E apesar de se referir a representações da população carioca, ousa-se dizer que tais representações não diferem muito do pensamento comum do cidadão brasileiro residente nas grandes cidades.

A polissemia de sentidos e significados do estudo apresentado por Soares & Piquet Carneiro (1996) envolve a reflexão de um problema de incontestável preocupação que abrange o código religioso, a prática das relações sociais, a ética da vida e os limites oferecidos pela lei e pela moralidade pública. Mas é interessante ressaltar também as contradições do discurso popular. A sociedade carioca, pelas respostas às pesquisas de opinião pública, nos debates e pela mídia, torna patente e pública a sua preocupação com a violência (sobretudo nas formas de delinqüência e criminalidade). Nessa situação, trata-a como um problema novo e negativo que a incomoda, e cujas dimensões se aceleram com o tempo, orientando-a para um beco sem saída. Geralmente o 'bode expiatório' escolhido para tais circunstâncias costuma ser a população pobre das favelas. No entanto, ao manifestar sua reflexão sobre o problema, essa mesma sociedade o define como parte da vida e dos processos sociais. Ou seja, a percepção dos aspectos factuais para os quais a opinião pública pede a força e a intransigência dos gestores públicos conflita com a idéia expressa por ela própria, de perenidade histórica exposta nos termos 'pecado, corrupção, miséria e crime'. Existe algo mais constante na história humana que os fenômenos classificados acima? Pode-se concluir, pois, que na estrutura do pensamento popular existe a certeza de que a violência é parte e resultante das relações, da comunicação, da vida social.

No nível do conhecimento erudito, filósofos e cientistas também têm contribuído para pensar o assunto, embora apenas de forma esporádica. Arendt (1994), que possui uma das mais vigorosas reflexões sobre o assunto, considera que nenhum historiador ou politólogo deveria ser alheio ao imenso papel que a violência sempre desempenhou na História. E se surpreende por quão pouco o assunto é interrogado e explorado pelos cientistas. Na visão dessa autora, a violência é um meio para a conquista do poder, (mas não se confunde com o poder, pelo contrário, demonstra a incapacidade de argumentação e de convencimento de quem o detém), necessitando de orientação e justificação dos fins que persegue. Arendt (1990) não vê positividade na violência, como outros filósofos ou teóricos parecem enxergar. E expressa isso de forma contundente em sua brilhante obra sobre o nazismo e o stalinismo, evidenciando as antes impensáveis formas de crueldade que se escondem nas experiências políticas totalitárias.

Por isso, na construção de sua argumentação, reage aos autores que promovem uma visão teleológica sobre o assunto. Por exemplo, manifesta-se contra a visão de Engels (1981) que valoriza a violência como um acelerador do desenvolvimento econômico. Questiona o pensamento ingênuo e simplificador de Fanon (1961) que considera a violência como a vingança dos deserdados. E não concorda nem com Sorel (1992), que a define como o mito necessário para a mudança da sociedade burguesa desigual para uma sociedade igualitária de base popular; e nem com Sartre (1980), que a analisa como inevitável no universo da escassez e da necessidade.

Domenach (1981) defende a idéia de que a percepção negativa e condenatória das várias formas de violência é um passo positivo para a humanidade. Comenta que foi o progresso do espírito democrático que deu origem ao conceito moderno de violência, dentro de sua conotação negativa. A partir do momento em que cada pessoa é considerada 'cidadã', e a sociedade reconhece seu direito à liberdade e à felicidade, a violência passa a ser um fenômeno relacionado ao emprego ilegítimo da força física, moral ou política contra a vontade do outro. Por isso, apresenta uma contundente reflexão: "o apogeu da violência não é o homicídio (que suprime o objeto mesmo da violência), é a tortura, pois esta associa a vítima, contra sua vontade, a seu verdugo" (Domenach, 1981, p. 36). A associação da percepção negativa da violência à maior consciência de liberdade e aos direitos humanos, no caso brasileiro, faz pensar, contra qualquer evidência empírica, na positividade do aparecimento do tema entre as relevâncias de nossos discursos, de nossos medos e de nossas estratégias de prevenção. Isso pode significar, a par da consciência da intensificação das manifestações do fenômeno, o crescimento difuso do sentimento de cidadania e a ânsia de democratização. Exatamente, o final dos anos 1970 e o início da década de 1980 coincidem com os processos de abertura democrática no país e de crescimento dos movimentos em prol dos direitos da mulher, da criança, dos negros e de outros grupos excluídos.

A relevância do tema repercute também no ponto de vista acadêmico, pois mais de 90% de toda a produção científica sobre ele se concentra no período a partir da década de 80 do século XX.

A contribuição de Domenach não para aí. Baseado na análise da dialética do Senhor e do Servo em Hegel (1980), o autor sublinha a idéia de que a violência está inscrita e arraigada não só nas relações sociais, mas, sobretudo, é construída no interior das consciências e das subjetividades. Portanto, esse fenômeno não pode ser tratado apenas como uma força exterior aos indivíduos e aos grupos. Aqui também a visão de Domenach

(1981) projeta-se na direção contrária ao senso comum, que costuma colocar a violência como um fenômeno sempre produzido pelo 'outro' e contra nós:

É demasiado fácil e ineficaz condenar a violência como um fenômeno exterior e, inclusive, como algo estranho ao ser humano, quando, na verdade ela o acompanha incessante até na articulação de seu discurso e na afirmação mesma da evidência racional. (Domenach, 1981, p. 37)

Falando das dificuldades de definições e de julgamento de valor o autor continua: "estou convencido de que é inútil buscar uma resposta categórica na filosofia ou na moral, ao problema que a violência levanta. Por seu aspecto ontológico, ela não pode ser dissociada da condição humana" (Domenach, 1981, p.38). E é relevante a idéia de que, sobretudo, ela não pode ser dissociada da sociedade que a produz em sua especificidade interna e em sua particularidade histórica.

Outro autor importante pela reflexão que apresenta é o filósofo russo Denisov. A base de seu pensamento é o marxismo-leninismo, no entanto, esse filósofo não se detém apenas no campo da política. Em seu tratado *Violência: Ideologia y Política* (1986), reconhece que esse fenômeno precisa ser analisado dentro de uma abordagem multifacetária, pois apresenta características externas (quantitativas) e internas (qualitativas), coletivas e subjetivas. Analisa o tema dentro de aspectos que dizem respeito aos indivíduos, grupos, classes, instituições, que, em suas relações, empregam diferentes métodos e meios de coerção e aniquilamento direto ou indireto (econômico, jurídico, militar, social, psicológico) sobre seus semelhantes, com a finalidade de reter ou conquistar poder, posses e privilégios.

Freud (1980), igualmente, apresenta e representa várias interpretações do tema, em diferentes etapas de seu pensamento. Em seus primeiros escritos, associa a violência à agressividade instintiva do ser humano, o que o inclinaria a fazer sofrer e a matar seu semelhante. Num segundo momento, define-a como instrumento para arbitrar conflitos de interesse, sendo, portanto, um princípio geral da ação humana diante de situações competitivas. Numa terceira etapa, avança para a idéia de construção de identidade de interesses. É dessa identidade, segundo o autor, que surgem os vínculos emocionais entre os membros da comunidade humana, levando-os a preferirem a 'civilização', o diálogo, a convivência pacífica, ao uso puro e simples da força física para se impor. Os conflitos de interesse seriam mediados, nas sociedades modernas, pelo direito e pela lei; e a comunidade de interesses, pela identidade e pela busca do bem coletivo. Habermas (1980), fazendo coro com essa última visão de Freud, e no coração de sua filosofia

da comunicação, entende que a humanidade, na medida em que aprofunda seu desenvolvimento civilizatório, busca o diálogo e a paz.

Em resumo, nem a filosofia popular nem os filósofos eruditos têm uma última palavra sobre o significado da violência. O pensamento de ambos os grupos cada vez mais se encaminha para reconhecer o que Agudelo (1990) vem repetindo em vários de seus estudos, coincidindo com a articulação entre a consciência de direitos e o rechaço de todas as formas de domínio e de força contra alguém, contra grupos, classes, etnias e nações: "a violência representa um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima" (Agudelo, 1990, p.6). Porém, nem mesmo esse aumento de consciência é unívoco, pois muita gente ainda conserva e defende a idéia, que vem de Marx e Engels, de que a violência é boa ou má, positiva ou negativa, segundo as forças históricas que a sustentam. Exemplos estão aí, de todos os conflitos políticos hoje existentes no mundo. Cada grupo ou nação julga justos os motivos pelos quais lutam, matam e destroem vidas, patrimônios e histórias.

PONTO DE VISTA SÓCIO-HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO

A história é, talvez, a mais cruel das deusas, pois arrasta sua carruagem triunfal por entre montões de cadáveres, durante as guerras como em períodos de desenvolvimento pacífico. (Engels, 1981, 187)

A frase tão forte dessa epígrafe não é apenas uma expressão de efeito: ela parte de uma visão histórica muito comum de que os processos de dominação política geralmente têm ocorrido sob a égide da violência, seja na produção de mudanças ditas revolucionárias, seja na institucionalização das revoluções, ou na defesa do *status quo*. Mas a visão de Engels não é consensual. Muitos outros pensadores, ao contrário, não consideram a dominação pelas armas uma fatalidade. É o caso de Freud (1980), Arendt (1994), Habermas (1980) e Chesnais (1981). Este último autor estudou dois séculos do que denomina "violência privada, suicidária e violência coletiva" no Ocidente, no período que vai de 1800 até nossos dias. Acompanhando o processo civilizatório próprio da modernidade, do qual a democracia é uma expressão, mostrou que a vitória da inclusão na cidadania, portanto, do direito à palavra, do convencimento e da capacidade de negociar e de gerar consenso, contrapõe-se à força das armas e à vingança

pelas próprias mãos. Os dados de homicídio na Europa do século XIX, mostrados pelo autor, eram mais elevados do que os do Brasil hoje, em contraposição aos atuais, que variam de um a quatro por cem mil habitantes. Diz Chesnais (1981) que muito mais fizeram pelo apaziguamento das populações a melhoria das condições de vida da classe operária, o acesso de todas as classes à educação formal e o respeito aos direitos e à democratização social, que a constituição de uma segurança pública (que também foi muito importante!) para coibir os crimes e localizar a legitimidade da violência nas mãos do Estado (Burke, 1995).

As duas idéias opostas da violência como bem ou como mal, descritas no parágrafo anterior, sobrevivem de forma concomitante na sociedade contemporânea. Apesar da possibilidade histórica e racional de os seres humanos escolherem a paz, ainda hoje a violência continua a se manifestar como "a mais cruel das deusas" em pleno século XXI, em situações tais como os conflitos do Oriente Médio, as ameaças de guerra dos Estados Unidos contra o Iraque e a endêmica relação destrutiva entre Israel e Palestina, por exemplo. O pior é que subsiste em alguns países e na ideologia de certos governantes a idéia de que a guerra é o que mantém a paz.

Do ponto de vista político, algumas questões, hoje, chamam atenção na sociedade brasileira. Uma é a própria relevância do tema 'violência', não apenas no âmbito do sistema policial e judiciário, mas também para a sociedade civil que o abraçou como prioridade. Nesse sentido, é importante lembrar o comentário de Bourdieu (1983), que se referia à constatação de que determinados assuntos, em momentos históricos específicos, se tornam 'temas consagrados'. Não que sua pertinência coincida exatamente com o instante em que ganha visibilidade nos meios de comunicação, no imaginário social, no recesso dos lares e no seio da comunidade científica. O autor observa que sua expressão pública é criada por alguns fatores que passam a interferir na construção de sua relevância. A 'violência', a maioria de nós sabe, faz parte da história da humanidade, acompanhando sempre, nos mitos de origens, os heróis e os fundadores. Quem lê a Bíblia constata, nas suas primeiras páginas, o fratricídio de Caim e Abel. Nas tragédias gregas, a violência aparece sob a forma de vingança, de cólera, de excesso de paixão, embora nunca com uma conotação negativa. Até o advento da modernidade, as ações e as relações violentas não constituíam tema de relevância.

Uma segunda questão a observar é o tipo de violência que, neste momento histórico específico, invade o imaginário e a opinião pública brasileiros. Pela conjunção de vários fatores, são a 'criminalidade e a delinqüência social'. Por ameaçar o patrimônio e a vida das pessoas, essas

formas específicas de relações e de comportamento que cresceram velozmente na sociedade brasileira nos últimos vinte e cinco anos, e que são consideradas proscritas, ilegais e ilegítimas, passaram a criar um sentimento generalizado de insegurança e de medo, tornando-se uma 'forma totalizante' de percepção da violência. Seu caráter globalizador e generalizante é tão forte no imaginário nacional e na opinião pública que criminalidade e delinquência são vistas como uma 'produção autônoma' de determinados atores (sobretudo os pobres e habitantes das periferias), sem nenhuma vinculação com outras questões nacionais.

Como se poderá constatar no presente trabalho, essa relevância para a delinquência não abrange nem a magnitude nem a complexidade do fenômeno, correspondendo, antes, ao que o jargão médico denomina 'sintomas'. Por isso, é preciso aprofundar mais a reflexão sobre as mil faces da 'violência' ou as 'expressões de violências' e compreendê-las como componente da vida social, como uma expressão humana e relacional, como uma forma de comunicação e, também, como uma "dramatização de causas", conforme o arguto pensamento de Hannah Arendt: reduzi-la a sua forma mais visível e incomodante, que é a 'delinquência', pode corresponder a dar analgésico para combater a dor provocada por uma doença grave.

Portanto, quando se escolhe para título deste livro a expressão *Violência: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*, deseja-se, como diz Hannah Arendt, contribuir para dramatizar algumas causas mais profundas que os atos de crueldade que nos apavoram. Ou seja, mostrar que o tema que saiu do seu nicho tradicional de tratamento, o âmbito policial, para se tornar o assunto que domina o cenário público das campanhas políticas, dos noticiários, dos planejamentos do Estado, das iniciativas empresariais, dos congressos científicos e dos financiamentos de pesquisa é o bode mal cheiroso e incômodo colocado na sala da sociedade brasileira. Por outro lado, tenta-se evidenciar também que, contrastando com toda a ênfase que se expressa na construção do discurso público, a maior característica da violência brasileira hoje é o seu caráter infrapolítico ou apolítico. Como um camaleão, suas formas de expressão vão se adequando, da maneira mais plástica possível, às cores e às formas da linha de construção das relações sociais e da mentalidade dita 'pós-moderna'. Nelas o 'lugar da política' na forma de conceber a vida e nas práticas cotidianas tende a ser um espaço de segunda ordem, a favor de exacerbações dos individualismos e da decadência dos aparatos tradicionais de expressão do poder que tiveram tanto apelo na sociedade tipicamente industrial.

O termo "infrapolítico" foi cravado por um autor contemporâneo, Michel Wieviorka (1997), que tentou interpretar o que aqui se nomeia como "violência pós-moderna", analisando suas manifestações no mundo inteiro.

Diferenciou-a das expressões de épocas anteriores, por exemplo, as que caracterizaram as lutas contra-hegemônicas pelo poder nos anos 60 e 70 em quase todo o mundo ocidental. Nessas décadas, os conflitos políticos, as formas de protesto e subversão e até a luta armada na América Latina, por exemplo, vinculavam-se a projetos revolucionários de tomada do poder de Estado, em nome de ideologias libertárias e do desenvolvimentismo, seja de países, seja de contingentes populacionais. Havia propostas de projetos nacionais nas quais grande parte da juventude se engajava, pelas quais lutava, frequentemente, sacrificando sua própria vida.

Os crimes que ameaçam a vida e o patrimônio das pessoas, sobretudo nas grandes cidades brasileiras hoje, pelo contrário, não têm ideologia, não têm pátria: são negócios globalizados, que se beneficiam das facilidades geradas pelas revolucionárias transformações nos modos de produção de riqueza e dos aparatos técnico-informacionais e comunicacionais. Têm sua gestão, ao mesmo tempo, de forma capilarizada e em rede, promovendo uma veloz circulação financeira, de produtos e de pessoas, à sombra da desregulamentação dos estados nacionais e nos interstícios das ausências de regulação internacional (Castells, 1999). As verdadeiras guerrilhas urbanas da década de 90 (as das gangues de narcotraficantes, por exemplo), apóiam-se em poderosos sistemas de circulação e troca de produtos ilegais como drogas e armas e de lavagem do dinheiro. Portanto, é preciso ressaltar que o mundo de delinquência pós-moderna segue a mesma lógica da globalização e se realiza em conluio com a legalidade. Não é preciso ir longe para constatar o que aqui se está dizendo, pois tem sido de domínio público o envolvimento com o crime organizado de políticos, juízes, advogados, policiais, empresários, todas essas pessoas ocupando cargos importantes e vivendo, em aparência, acima de qualquer suspeita. Aliás, Wieviorka (1997) utiliza, para se referir às históricas formas de violência social que hoje são vivenciadas, não apenas o termo 'infrapolítica', mas também a expressão 'metapolítica', mostrando que a delinquência internacional, por vezes, se transforma na própria política de alguns Estados nacionais. Exemplificando como age o crime globalizado, assim se refere Soares, que também analisa o momento presente no que tange ao mercado do tráfico:

em seu aspecto de atacado, o tráfico é uma articulação sub-reptícia de malhas internacionais, para as quais concorrem competências administrativas sofisticadas, conhecimento de equipamentos de última geração, acesso a línguas diversas e conhecimento de dinâmicas do sistema financeiro internacional. (Soares, 2002, p.42)

Em resumo, a promiscuidade entre legalidade-ilegalidade, o caráter altamente lucrativo dos crimes e sua organização em rede configuram os

fatores determinantes das formas pós-modernas de delinquência e que dificultam sua coibição. É por isso também que as taxas de criminalidade organizada crescem e florescem com muito mais vigor, nas regiões economicamente dinâmicas do mundo e no interior dos países, em cidades e locais onde se processam e se reproduzem as grandes operações capitalistas. Mas nessas áreas preferidas, a inclusão dos agentes sociais é diversificada.

Um dos pontos mais perversos da delinquência organizada é a forma de inclusão dos pobres nos seus lucrativos negócios. Eles se engajam nesses projetos e entram nos conflitos, no *front* dos combates, visando a *status*, ao acesso a bens econômicos e de consumo. É óbvio que existe um ato subjetivo na entrada de qualquer pessoa no mundo do crime. Mas isso se dá numa conjuntura de crescente desemprego e exclusão social, cultural e moral de grupos populacionais inteiros, *pari passu* com a exacerbação do apelo ao consumo, fenômeno relacionado à reestruturação produtiva, à exacerbação da acumulação capitalista e à ausência de ênfase por parte dos governos na questão social. Não é desprezível, também, o imbricamento dessas situações macroeconômicas e sociais tanto com o surgimento de novas subjetividades marcadas pela secularização quanto com a perda de valor das hierarquias tradicionais e da autoridade familiar e comunitária.

Por se incluírem como a ponta do *iceberg* dos negócios ilegais (sobretudo, de drogas e armas), principalmente os jovens pobres que se apontam a esse tipo de atividade têm de se fazer presentes e visíveis, conquistar territórios e defender espaços, ações que realizam com disciplina militar, rígida hierarquia e sob o controle de poderosas armas de fogo. Do ponto de vista do poder, essa população incluída pelo crime e excluída do mercado de trabalho legal reproduz o que existe de mais autoritário e cruel em nossa sociedade, como tem sido estudado por vários autores no caso do Rio de Janeiro (Baptista et al., 2000; Misse, 1999; Souza, 1999). Talvez aqui valesse a observação de Sartre (1980), quando diz que a violência "faz sociedade", uma sociedade que é a imunda caricatura da sociedade da razão e do amor. O autor acrescenta que essa caricatura possui uma sedução particular porque realiza, de maneira fácil e rápida, o que o grupo e o indivíduo tentam pacientemente alcançar por meio do convencimento, do diálogo e da negociação (Sartre, 1964).

A proposta da delinquência organizada se beneficia, sobretudo, de uma visão estratégica da crise social vivida pela sociedade brasileira, que se funda em fenômenos estruturais profundos como a endêmica desigualdade social, o subemprego e o desemprego gerando exclusão de um altíssimo contingente populacional, sobretudo de jovens pobres, que por

sua vez, exacerbam as características da psicologia de sua idade, vestindo os ideais que a sociedade de consumo lhes apregoa. Alguns autores aprofundam esse assunto, levando em conta que a população na faixa etária de 15 a 29 anos é a maior vítima de homicídios e a clientela principal das instituições de privação de liberdade (Zaluar 1995; 2002; Soares, 2002; Cruz Neto et al., 2001; Assis, 1999; Assis & Constantino, 2002; Minayo, 2001). Zaluar lembra que, no mercado de varejo do narcotráfico, a arma dá *status* aos jovens, ao mesmo tempo em que mudanças na organização vicinal afrouxaram o controle social informal, tradicionalmente exercido pelos mais velhos sobre os mais novos. Segundo análise de Soares (2002), são duas moedas usadas nessa sedução dos jovens para o crime: a material e a simbólica. A primeira é trivial, diz o autor. A segunda é fundamental e freqüentemente subestimada pelos agentes responsáveis pela formulação de políticas de segurança: "quando o tráfico oferece ao menino uma arma, dá a ele não apenas um instrumento de operação econômica, mas um instrumento de constituição subjetiva de afirmação de si mesmo, de recuperação de sua visibilidade, de imposição de sua presença social" (Soares, 2002, p.43). A violência que ele reproduz a partir daí tem relação com a violência do não-reconhecimento que o acompanha desde o nascimento. Continua Soares:

Esse menino pobre das metrópoles brasileiras, que não encontrou acolhimento na estrutura familiar (...) também não foi acolhido pela escola ou pela comunidade, (...) a sociedade passa por ele como se ele fosse transparente, como se ele não tivesse nenhuma densidade ontológica, antropológica ou sequer, humana (...). Quando porta uma arma adquire presença, torna-se capaz de paralisar o interlocutor pelo medo, de fazer que o transeunte pare na frente dele, reconhecendo-o, afinal, como um sujeito. (Soares 2002, p. 43)

Cruz Neto et al. (2001) e Minayo (2001) aprofundam a intrincada relação entre individualidade, subjetividade e circunstâncias sociais herdadas e fortemente influentes, lembrando que sempre existe o espaço de opção dos sujeitos, mas que, por outro lado, os "possíveis sociais" (Sartre, 1980) são muito limitados para os jovens dos quais falamos nesta reflexão. A complexidade da questão deve ser abordada, por exemplo, em relação à crescente participação de jovens de classe média em crimes de roubos e ligados ao narcotráfico, em que, não são os fatores de ordem econômica que pesam sobre as possíveis escolhas de agir na ilegalidade. Infelizmente, há ainda poucos estudos sobre o assunto.

Assim, pode-se concluir que as formas de delinquência organizada (e que a população reconhece como a própria violência), presentes no

Brasil e em vários países da América Latina nos últimos 25 anos, são subprodutos da esfera política: denunciam o fim de uma época desenvolvimentista e a decomposição dos sistemas sociais e dos aparatos formais que consolidaram os Estados nacionais. Enunciam, também, a exacerbação de novas formas de sociabilidade, construídas com ingredientes que fazem parte de uma emergente ideologia dominante: a que mescla o consumismo como valor ao hedonismo, ao individualismo egocêntrico e ao imediatismo. Tais valores (contravalores?) dificilmente poderão ser contidos pelas instituições de segurança pública, como se acreditava nas origens do Estado Moderno, quando a elas foi conferido o monopólio da violência em nome da sociedade, para superar a tradição então vigente de fazer 'justiça pelas próprias mãos'.

PONTO DE VISTA INTERDISCIPLINAR: O BIOLÓGICO, O PSICOLÓGICO E O SOCIAL

Se a dificuldade de definição é bastante grande, e muito dificilmente se consegue uma conceitualização suficientemente abrangente e explicativa, muito mais complicado é discutir a causalidade da violência. Nos estudos científicos, há pelo menos três correntes que buscam construí-la a partir de parâmetros diversos. (1) De um lado, estão os que sustentam a idéia da violência como resultante de necessidades biológicas, e nos textos revistos da década de 90, essa visão aparece apenas como resquício, tendo alguns adeptos no campo da medicina, voltando a ser fortemente defendida por Flores em 2002. (2) De outro lado, há também autores que explicam a violência a partir exclusivamente do arbítrio dos sujeitos, como se os resultados socialmente visíveis dependessem da soma dos comportamentos individuais, ou se a violência fosse resultante de doença mental ou estivesse vinculada a determinadas concepções religiosas (Hoirisch, 1994; Kaiser, 1994; Ferraz, 2001). (3) Em terceiro lugar, existem pessoas que tratam o âmbito social como o espaço dominante da violência, onde tomam corpo e se transformam os fatores biológicos e emocionais (Minayo, Souza & Assis, 1990; Assis, 1999; Minayo, 1994; Minayo & Souza, 1997; 1999).

Muitos são os estudiosos de várias áreas do conhecimento que explicam o fenômeno da violência como sendo proveniente de razões biológicas. Af encontram-se vários sociobiólogos, que, generalizando às descobertas de Konrad Lorenz (1979), consideram o comportamento violento como uma resultante dos condicionamentos biogenéticos que se processam nos indivíduos, sendo, portanto, um fenômeno inerente à natureza

humana. Em diferentes textos, busca-se produzir uma crítica sobre o assunto (Minayo Souza & Assis, 1980; Minayo & Souza, 1997; Minayo & Souza, 1999). O tema, que é polêmico, já foi exaustivamente tratado pela Unesco em um seminário em Paris no ano de 1980, e suas importantes reflexões estão registradas no livro *La Violencia y sus Causas* (1981). Nessa obra, dois autores, Laborit (1981) e Klineberg (1981) discorreram sobre as tentativas de atribuir a problemas genéticos, os comportamentos individuais e coletivos de agressão ao outro.

Laborit desenvolve a idéia de que nos sistemas hipercomplexos não se encontram causas de uma ação, pois a causalidade já não pode ser concebida de modo linear (causa-efeito) de acordo com a interpretação do determinismo do final do século XIX. Hoje considera-se o imbricamento do que é inato com o que é aprendido socialmente. O autor trabalha sobre dois temas centrais: as bases neurofisiológicas e bioquímicas dos comportamentos fundamentais e a significação funcional dos centros nervosos superiores. Trata de forma particular a questão da 'agressividade predatória', inata, motivada pela fome, da 'agressividade de competição' que se apóia na aprendizagem da gratificação, na busca de dominação e no estabelecimento de hierarquias, 'como um comportamento adquirido, vinculado ao acesso a objetos gratificantes'. E, igualmente, da 'agressividade defensiva', comportamento inato, provocado por um estímulo doloroso, que chega a ser comportamento adquirido quando é recompensada ou gera punição. No final de sua exposição, conclui Laborit:

Com exceção da agressividade predatória que, caberia perguntar se deveria continuar incluída no marco dos comportamentos agressivos próprios do ser humano, os demais tipos de comportamento agressivo são ou o resultado de aprendizagem, e, portanto, suscetíveis de serem transformados pela sociocultura, ou então uma resposta elemental a um estímulo doloroso. (Laborit, 1981, p. 66)

A partir da psicologia social, Klineberg (1981) discute a hipótese da teoria da 'frustração-agressão' como explicação da violência. Resumindo seu pensamento, diz o autor que muitos especialistas concordam que a frustração aumenta a probabilidade do comportamento violento, mas essa não é uma sentença simples, pois muitos outros fatores contribuem para isso. Os estudos sobre participação em conflitos ou sobre comportamentos violentos mostram que os que assim agem têm que possuir um certo grau de controle sobre o próprio destino. E, ao contrário, a sensação de impotência costuma gerar apatia e submissão. Em seguida, o autor mostra outras categorias (que em geral combinam a presença de fatores sociais e biológicos) que contribuem para diferenciações na probabilidade de ações

de violência individual e coletiva: 'idade e sexo'. Universalmente os homens cometem mais violência que as mulheres, e os jovens, mais que outros grupos etários. Klineberg não deixa de chamar atenção para o fato de que fatores culturais desempenham papel importante na configuração do problema: o machismo e a relação intermachos, por exemplo. Aponta também a questão 'étnica, racial e de classe', para dizer que nada comprova que os negros são geneticamente mais violentos que os brancos e que os pobres, mais que os ricos. O fator de dominação política, econômica e social é muito mais explicativo que o caráter biológico das diferenças. A questão da 'aglomeração demográfica' é também lembrada e comparada às situações, em laboratório, do agrupamento excessivo de animais, gerando a destruição entre eles. Mas o autor fala do risco das extrapolações que têm sido feitas em relação à explosão populacional humana, pois, historicamente, não há provas de que elas geram violência.

Klineberg, finalmente, fala da grande pesquisa de Wolfgang & Ferracuti (1967), ressaltando que a investigação havia sido feita há quinze anos atrás. Os estudiosos aplicaram teste de personalidade a sujeitos que cometeram homicídios. Segundo os próprios autores, os resultados não são conclusivos. Entre as características de personalidade que aparecem com regularidade, figuram o egocentrismo, a falta de controle emocional, a propensão a ser explosivo, a imaturidade e a incapacidade de estabelecer contatos sociais duradouros, pouca sensibilidade para com os outros e a forte necessidade de gratificação imediata de seus impulsos. Diríamos que essa listagem apresenta uma combinação de características de personalidade e de formação e educação.

Para complicar mais as dificuldades que se encontram para delimitar o lugar de cada fator numa carreira de criminalidade, cita-se o extenso e complexo trabalho empírico realizado por Assis (1999), analisando os mais profundos aspectos bio-psico-sociais e as mais sutis diferenças entre jovens infratores e seus irmãos não infratores em duas cidades brasileiras: Rio de Janeiro e Recife. A autora passa por toda a discussão teórica clássica que ora privilegia o social e ora os componentes da personalidade na origem da personalidade delinquente. E conclui que "os principais fatores de risco associados à situação de infrator são: consumo de drogas, círculo de amigos, tipos de lazer violento, baixa auto-estima, falta de reconhecimento de limites entre certo e errado, fraco vínculo afetivo com a família e com a escola e sofrer ou ter sofrido violência por parte dos pais" (Assis, 1999). Mas a autora acrescenta que há uma rede social de antecedentes, como a existência ou não de pessoas com comportamento delinquente na família, violência entre os pais e irmãos, violência na comunidade, que propiciam uma cultura de violência. Do ponto de vista das diferenças individuais, o estudo

revelou entre os infratores as seguintes atitudes: comportamento imediatista e nervoso, valente e aventureiro; rebeldia em relação aos problemas da vida; dificuldade de controlar a agressividade; dificuldade de empatia com o outro; baixa auto-estima. A autora ainda comenta sobre o que considera uma linha tênue relativa às dificuldades das condições e estilo de vida, separando os irmãos infratores e os não infratores. Por outro lado, do ponto de vista biológico, é problemático demonstrar as diferenças herdadas, uma vez que se trata de pesquisa sobre irmãos.

A tese explicitada por Sartre (1964), quando analisa a bibliografia de Jean Génét, é a da relação dialética entre o indivíduo e as condições de vida que lhe são oferecidas desde o nascimento. De tal forma que a delinquência e a criminalidade são escolhas a serem exercidas, sendo ao mesmo tempo uma possibilidade a ser aceita ou a ser recusada. Sartre descreve como o filho bastardo, o adotado, o rejeitado, o ladrão, o pederasta, o vagabundo, o marginal Jean Génét submergiu até o fundo do poço de sua liminaridade e foi salvo pela arte: tornou-se um dramaturgo. Essa mudança, no entanto, foi uma escolha, uma decisão em que o ator-sujeito pôde dizer: eu sou o que consegui fazer com o que fizeram de mim. Em resumo, todos os exemplos acima chamam atenção para o imbricamento entre os aspectos biológicos e sociais, construindo tipos de personalidade e subjetividade que testemunham escolhas dentro de determinações dadas.

Recentemente, um biólogo brasileiro, Flores (2002), retomou o assunto da determinação biológica da violência à luz dos avanços dessa ciência e, em especial, da genética. O autor questiona o repúdio de vários estudiosos em reconhecer as teorias biológicas como explicação para a violência. Flores parte do princípio de que a contribuição da biologia, da genética do comportamento e da psicologia evolutiva não tem sido bem compreendida pelos cientistas sociais que analisam o fenômeno. A crítica mais contundente de Flores é ao que considera uma interpretação errônea e simplista da biologia e de seus avanços, feita por estudiosos dos fenômenos humanos complexos, dentre os quais cita literalmente a autora deste texto e seu grupo. Diz ele, abrindo os segredos de uma contribuição da qual tanto se necessita para entender a complexa relação entre o híbrido biológico e o social:

Genes não são a matéria bruta da evolução; comportamentos, por serem fenótipos, o são. Comportamentos selecionam genes e não o contrário. É um equívoco assumir que a teoria evolutiva enfatiza o controle biológico do comportamento. Ao contrário, ela explica como os fatores ambientais e culturais moldam não só a evolução do cérebro, mas também o seu desenvolvimento em cada indivíduo. (Flores, 2002, p. 198)

O autor relaciona a genética à criminalidade violenta pela mediação do conceito de 'transtorno de personalidade anti-social'. Esse tipo de transtorno, para Flores, seria um problema crônico, que tem início na segunda década da vida, caracterizado, em sua versão mais profunda, por ausência de culpa, vergonha, remorso, pobreza de relações afetivas, incapacidade de aprender com a experiência e insensibilidade social. Fundamenta seu pensamento num trabalho de campo com 560 jovens gaúchos com mais de 14 anos, vivendo em regime de privação da liberdade, para os quais, em 40% dos casos, houve diagnóstico de problema mental, índice que atingiu 90% entre os que tinham 19 e 20 anos.

Considera-se o trabalho desse autor bastante elucidativo, pois reabre e retoma a discussão sobre a presença dos fatores biológicos na construção da violência em outro patamar: a biologia sendo reconfigurada e culturalizada pelo comportamento e pelo ambiente social. Pergunta-se, no entanto, se sua argumentação não coincide com a de vários estudiosos que, ao contrário dele, partem da articulação das características biológicas, intrapsíquicas e sociais. É o mesmo caso, por exemplo, da citação que ele próprio faz da pesquisa de Reine & Liu (1998), que identificaram uma combinação explosiva para a emergência de comportamentos violentos quando se reúnem (a) fragilidades biológicas, estimadas pela presença de problemas neurológicos, atraso no desenvolvimento psicomotor e complicações de parto, e (b) ambiente familiar inadequado, especialmente no primeiro ano de vida. Completa Flores: "estudos preliminares de uma amostra de 21 jovens violentos de Porto Alegre, mas sem condenação criminal, identificaram três variáveis cuja presença aumenta significativamente o escore de violência: problemas obstétricos, maus-tratos na infância e história familiar positiva para a criminalidade" (Flores, 2002, p.199). Ora, essa constatação nada mais é que a prova do imbricamento entre problemas biológicos, relacionais e culturais, referendada, em sua quase totalidade, pelo trabalho de Assis (1999), anteriormente citado.

Portanto, compartilha-se com Flores – e tais idéias já existiam em trabalhos anteriores escritos por Minayo e seu grupo (Minayo, Souza & Assis, 1990; Minayo & Souza, 1997; 1999) – o entendimento de que existe uma relação entre o biológico e o social e entre o subjetivo e as condições sociais, na configuração dos sujeitos violentos e criminosos. A diferença teórica talvez esteja na definição de prioridade dos fatores e na não-aceitação pelo grupo do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Claves) da visão unilateral de qualquer disciplina, seja da biologia, da psicologia e também da sociologia, como portadoras de uma explicação causal totalizante sobre o fenômeno da criminalidade e, de forma mais ampla, da violência.

A divergência em relação às teorias biologicistas é, sobretudo, política, pois todo o conhecimento já desenvolvido pela sociologia e pela psicologia criminal demonstra serem as pessoas das classes subalternas muito mais facilmente 'apreendidas em delitos', do que as das classes dominantes. E o próprio Laborit (1981), um grande biólogo aqui já citado, afirma que

essa agressividade fundamental, que permite aos dominantes conquistar e conservar sua posição de domínio, está tão perfeitamente ritualizada e institucionalizada, que deixou de ser manifesta e adotou o aspecto do direito, da justiça e da ausência de agressividade, a ponto de se permitir, freqüentemente, profissão de fé humanista, de piedade, de mansidão, ao mesmo tempo em que estigmatiza as explosões brutais de violência dos dominados. (Laborit, 1981, p. 62-63)

Seria, pois, um vício do pensamento, que se poderia configurar como viés de classe, considerar os pobres como sendo biologicamente mais propensos ao crime por serem muito mais freqüentemente 'apanhados' em infrações, do que os ricos. O fato de mais de 90% dos apenados serem pessoas das camadas populares e de baixa escolaridade não pode ser um argumento para afirmar que todos estão lá por doença mental. Lembra-se aqui um artigo importante de Venthecourt (1990), em que o autor analisa uma rebelião social na Venezuela, provocada por aumento do custo de vida e dos preços dos transportes públicos. Esse psicólogo social comenta que a maioria dos delinquentes de seu país assim o é, não por problemas psicopatológicos, mas por razões sociais: pela falta mais cabal de oportunidade de se constituir como cidadão. O autor faz uma distinção entre o baixo percentual de pessoas com psicopatologias que as levariam ao crime e a maioria de infratores criados pelas condições adversas da vida. Suas palavras caminham no mesmo sentido em que Flores (2002) fala dos "comportamentos selecionando genes". Venthecourt explica como as condições sociais desfavoráveis e compartilhadas acabam por propiciar comportamentos individuais de diagnóstico psiquiátrico. Portanto, as prisões estarem cheias de pobres se deve muito mais ao fato de as classes dominantes terem privilégios porque detêm o poder econômico e político, do que às idiosincrasias e a problemas mentais dos mais pobres.

Lembrando que não é apenas a criminalidade e a delinquência que configuram a violência, ressalta-se que seria difícil explicar uma série de manifestações de violência, como a que ocorre vitimando as crianças, as mulheres e os idosos, com argumentos biológicos. Todos sabem que o pátrio poder, no primeiro caso, a visão patriarcal que alimenta o machismo, no segundo, e, por fim, desinvestimento e rechaço dos mais velhos por

razões políticas e micropolíticas são muito mais fortes do que as diferenças biológicas de idade, de sexo e de decrepitude. Portanto, as explicações biológicas em si, no caso, sempre foram argumentos que ajudaram o poder masculino e adultocêntrico a se manter, naturalizando formas de discriminação, de domínio e de exclusão.

CONCLUSÕES

Por toda a discussão realizada neste texto, entende-se que a violência, pela sua natureza complexa, envolve as pessoas na sua totalidade biopsíquica e social, de forma dinâmica. Porém o *locus* de sua realização é o contexto histórico-social, onde as particularidades biológicas encontram as idiosincrasias de cada um e se redefinem nas condições emocionais e socio-culturais. Isso não torna nossa tarefa mais fácil: cada vez mais sente-se necessidade de incluir a compreensão mais específica dos fatores e dos contextos que propiciam comportamentos, ações e processos violentos. Igualmente, não há dúvidas de que é necessário aprofundar a importância e o papel da subjetividade e das determinações sociais nas escolhas de possibilidades, por mais restritas que sejam as opções. As explicações biológicas como totalizantes e, portanto, em seu sentido unidisciplinar, como sendo as determinantes dos comportamentos violentos, só podem ser aceitas nos casos patológicos, nos quais os indivíduos devem ser julgados com instrumentos compreensivos específicos.

A busca de ampliação e aprofundamento do sentido do fenômeno da violência, aqui tentado, malgrado o campo nebuloso de sua definição, intrínseco a suas múltiplas formas de manifestação, permitem alguns consensos importantes que nomeamos a seguir. (1) É fato demonstrado pela realidade histórica que existem sociedades mais violentas que outras, sejam quais forem os tipos de manifestação do fenômeno. Portanto, o acirramento da violência não é uma fatalidade. (2) É fruto de observação e pesquisas que as diferentes formas de violência se articulam criando uma expressão cultural naturalizada nas relações e nos comportamentos, atitudes e práticas. (3) É sem consistência teórica qualquer proposta de visão positivista sobre a violência, devendo ela, portanto, ser sempre analisada como um fenômeno de expressão e parte constitutiva dos processos históricos complexos. (4) É o caráter eminentemente humano da violência que organiza de forma complexa as condições sociais e as especificidades mentais e genéticas com que se manifesta. E por serem humanas, suas expressões incluem significado e intencionalidade. (5) Tem consistência a

idéia de multicausalidade da violência, com ênfase no imbricamento dos fatores históricos, contextuais, estruturais, culturais, conjunturais, interpessoais, mentais e biológicos. Considera-se que sempre existirão elementos gerais e especificidades nas formas de apresentação e de reprodução desse fenômeno. (6) É muito mais profícuo, para efeitos de análise, trabalhar com a proposta de que existem 'violências' em lugar de 'violência', que têm manifestações particulares e se encontram articuladas com outras formas. (7) É importante investir no conhecimento específico e empírico dos problemas, levando-se em conta tempo, espaço, grupos atingidos, gravidade e representação, primeiro, para compreender e, em seguida, para agir: em sendo um fenômeno humano-histórico, a violência está aí para dramatizar causas, trazê-las à opinião pública e, incomodamente, propor e exigir mudanças. Porém, a compreensão de cada parte precisa ser articulada ao todo.

No caso brasileiro, sobretudo nas regiões metropolitanas e nos grandes centros urbanos, a violência tende a vicejar persistente e vigorosamente na sua expressão instrumental, como recurso usado por muitas pessoas e grupos para conquistar mercados de bens e de poder. De um lado, ela manifesta o sentido de defasagem entre a oferta de condições e a escassez de espaços numa sociedade cada vez mais competitiva. E também vocaliza demandas subjetivas de pessoas e grupos não contemplados na direção das novas formas de desenvolvimento. Segundo Wieworka (1997), ela é, por isso, a voz dos sujeitos não reconhecidos, rejeitados, prisioneiros das massas desdenhadas pela exclusão e pela discriminação social. Mas, ampliando o pensamento do autor, entende-se que é também a voz daqueles que, mesmo tendo bens materiais, encontram-se sem espaço de expressão de sua contribuição social e pessoal, perplexos num mundo em que as profundas mudanças privilegiam a concentração de riquezas e a indiferença para o que é essencialmente humano.

A chamada violência tradicional, aquela que ressalta os conflitos comuns entre os cidadãos, as frustrações das paixões entre gêneros, os furtos provocados pela fome, necessidade ou vício, tudo isso que continua a existir, tem seu espaço, ao mesmo tempo, subsumido e potencializado pelos gritos de um novo momento histórico, não ainda de todo claro e compreendido para ser enfrentado pelas forças políticas (novas forças políticas) renovadoras.

A violência não se resume às delinqüências. Suas formas culturalmente naturalizadas de agressões interpessoais, de discriminações raciais ou contra grupos específicos como homossexuais, de abusos e de dominação contra crianças, mulheres, idosos, deficientes físicos constituem um ambiente sociocultural adverso e, freqüentemente, portador de exclusão e de

lesões físicas e emocionais. Todas essas formas são potencializadoras da violência social difusa e ampla e se alimentam dela.

Temas específicos constituirão o objeto dos textos que compõem este livro que se dedica às análises do fenômeno da violência visto pela ótica da "Saúde Coletiva", área que o trata de forma muito mais abrangente do que apenas sob o ponto de vista da criminalidade. Mas, neste início, buscou-se apresentar o patamar das análises, ressaltando que a violência, antes de ser um problema intelectual, é uma questão da práxis sociopolítica e se realiza como parte da história humana e social: seja qual for a sua especificidade. Por isso, ao terminar-se, retoma-se Freud (1980) em sua correspondência com Einstein, chamando atenção para o fato da necessidade de intensificar o processo civilizatório que busca a paz. Não se compartilha do imaginário da inevitabilidade e da falta de controle que frequentemente é evidenciado pela opinião pública. Enquanto seres históricos, o presente e o futuro são criações dos homens e das mulheres juntos, com o barro que está a seu alcance.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira: um painel inconclusivo de uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, 10(2): 299-242, 1995.
- AGUDELO, S.F. La violencia: un problema de salud publica que se agrava en la región. *Boletín Epidemiológico de la OPS*, 11: 01-07, 1990.
- AGUDELO, S.F. Violência, cidadania e saúde pública. In: BARRETO, M.L et al. (orgs). *Equidade e Saúde: contribuições da epidemiologia*, p. 39-62. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1994.
- ASSIS, S.G. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- ASSIS, S.G. & CONSTANTINO, P. *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- BAPTISTA, M. et al. Global studies of illegal drug market. *Research Report*. Rio de Janeiro: Unicri/UNDCP, Claves/Fiocruz, Nepad/Uerj, 2000.
- BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

- BURKE, P. Violência social e civilização. *Braudel Papers*, 12: 1-8, 1995.
- CARDIA, N. Direitos humanos e exclusão moral. *Sociedade e Estado*, v. 10(2): 343-416, [1993].
- CASTELLS, M. *Fim do milênio: a era da informação*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, J.C. *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris: Robert Laffont Éditeur, 1981.
- CRUZ NETO, O. & RASGA MOREIRA, M. *Nem inocentes e nem heróis*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- DENISOV, W. *Violencia social: ideologia y política*. Moscú: Editorial Progreso, 1986.
- DESLANDES, S. F. *Frágeis deuses*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- DOMENACH, J.M. La violencia. In: UNESCO (org). *La violencia y sus causas*. p. 33-45. Paris: Unesco, 1981.
- ENGELS, F. Teoria da violência. In: *Engels*, p.146-188. São Paulo: Editora Ática, 1981.
- FANON, F. *The wretched of the earth*. New York: Grove Press, 1961.
- FERRAZ, F. C. Violência e medo. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 14 (7): 12-20, 2001.
- FLORES, R. Z. A biologia na violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(1):197-202, 2002.
- FREUD, S. Por que a guerra? In: *Obras Completas*, 22: 241-259. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1980.
- GOMES, R. A violência social em questão: referências para um debate em saúde pública. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 5(2): 93-100, 1997.
- HABERMAS, J. O conceito de poder em Hannah Arendt. In: B.FREITAG, B. & ROUANET, P. (org.). *Habermas*. p. 100-118. São Paulo: Editora Ática, 1980.
- HEGEL, G. H. F. A fenomenologia do Espírito. In: COLEÇÃO PENSADORES. *Hegel*, p. 3-71. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1980.
- HOIRISCH, A. Psiquiatria e violência. *Anais da Academia Brasileira de Medicina*, 154(2): 98-100, 1994.